

EDUCAÇÃO, LUTAS SOCIAIS E CIDADANIA: PRÁTICAS EDUCATIVAS DA EFA EM GOIÁS¹

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do² – UNICAMP

GT: Movimentos Sociais e Educação / n.03

Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Introdução

Pensar o cotidiano e a realidade dos trabalhadores rurais em nossos dias se torna uma tarefa desafiante devido a existência de muitas interpretações/pesquisas no campo das ciências humanas. Este texto se apresenta como uma das leituras acerca das EFAs já que outros autores (as) estão discutindo este fenômeno educativo que se apresenta como uma alternativa de educação para os trabalhadores rurais. Sabemos que a luta dos trabalhadores rurais se caracteriza, em especial, a partir do requerimento da posse da terra e da legitimidade do processo que os fazem lutar pela reforma agrária. No entanto, com a conquista da terra, surgem novas formas de intervenções e de lutas sociais por direitos que irão caracterizar todo um processo de busca pela cidadanização desses atores políticos.

A educação é um direito de cidadania reivindicado também pelos trabalhadores rurais camponeses, principalmente, os que se encontram em projetos de assentamentos de Reforma Agrária.

Entendendo projeto educativo vinculado a uma concepção de projeto político de sociedade (Loureiro, 1988), esta alternativa de educação praticada e pensada pelos CEFFAs (*Centros Familiares de Formação em Alternância*) busca apropriar-se da realidade histórica e cultural à qual estará sendo utilizada como método pedagógico. Assim, temos uma primeira questão, a de que tais escolas, as quais chamo de **comunitárias**, buscam, antes de tudo, entender, compreender e sentir a realidade, o chão social e histórico no qual estão pisando. Portanto, aqui já temos uma nova questão que, ao menos em teoria, se diferencia das demais escolas mantidas pelo Estado. Busca-se, a princípio compreender o rosto real dos atores sociais que, posteriormente, participarão do projeto EFA e do método educativo. Com isso, esta reflexão se justifica pelo teor das reais condições de existência da problemática apontada.

¹ Este texto é uma síntese crítica da minha Dissertação de Mestrado em Educação sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria da Glória Marcondes Gohn / Unicamp – Uninove que teve como título: *A Educação Camponesa como espaço de resistência e recriação da cultura: um estudo sobre as concepções e práticas educativas da Escola Família Agrícola de Goiás – EFAGO*, 2005.

² Filósofo. Mestre em Educação / Unicamp. Professor da Faculdade Dehoniana em Taubaté – SP.
E-mail: claudemiro-nascimento@uol.com.br

1. A proposta pedagógica das EFAs: *origens e concepções*

Todas as EFAs, entre elas, a Escola Família Agrícola de Goiás, utiliza-se da Pedagogia da Alternância que possui sua origem nos agricultores franceses da década de 30 do século passado. A Pedagogia da Alternância nasce na França em 1935 (Concagh, 1989). A situação sócio-econômica na França era de extremo abandono, principalmente, ao falar-se dos camponeses (as) que viviam sob a égide do esquecimento pelo Estado em todos os seus direitos (Chartier, 1982).

Neste sentido, Queiroz afirma:

Os filhos de camponeses tinham que optar entre continuar os estudos e sair da família e do meio rural para as cidades ou permanecer junto à família e o trabalho rural e interromper o processo escolar. As famílias precisavam da presença e trabalho dos filhos e ao mesmo tempo não tinham condições de mantê-los nas cidades. (QUEIROZ, 1997: 41).

O Estado não possuía nenhum interesse pelo homem do campo, seus problemas não eram levados em consideração na elaboração de políticas públicas específicas. O Estado preocupava-se com a escolarização urbana relegando a população camponesa ao abandono. Por outro lado, a Igreja se interessa pelos camponeses, mas com a perda da condução das escolas não possui condições reais de apresentar propostas efetivas para esta demanda populacional. É essa a realidade que estava colocada aos pais, aos sindicatos, cooperativas e à Igreja.

Desta forma, iniciou-se gradativamente um processo de mobilização por parte dos camponeses (as) ligados ao sindicato³, juntamente, com setores da Igreja a fim de se pensar uma alternativa viável para que se pudesse resolver a problemática da educação no meio rural na França. Sob a liderança de Jean Peyrat, presidente da Seção Sindical e do secretário, Padre Abbé Granereau (1885-1988), buscou-se mobilizar outros camponeses (as) a fim de obter iniciativas concretas que minimizassem a problemática da educação aproveitando o saber popular e a prática existente no meio rural daquela realidade o que exigia o desenvolvimento de uma formação técnica e integral para os jovens rurais.

Em relação ao problema da educação vivido pelos franceses afirma o Padre Abbe Granereau:

³ Em 1920 surge o Sindicato Central de Iniciativas Rurais (SCIR) formado, em sua maioria, por democratas cristãos franceses com o objetivo de defender a profissionalização da agricultura francesa e organizar os profissionais da agricultura a partir dos princípios do sindicalismo, do associativismo e do cooperativismo.

O Estado, através de seus professores (as) do primário, salvo algumas maravilhosas exceções, não sabia mesmo o que dizer aos agricultores a não ser o seguinte: seu filho é inteligente; não pode ser deixado na roça (...) é preciso encaminhá-lo nos estudos (...) vencerá na vida melhor que seu pai (...) conseguirá uma boa posição social. (GRANEREAU, 1969: 24. In.: NOSELLA, 1977: 19).

Pessoti (1978) fala de uma educação escolar voltada para os problemas práticos do meio rural, bem como, uma formação integral, tanto na área técnica e humanística. Portanto, a partir das necessidades da realidade e da sensibilidade de pessoas inseridas e comprometidas com ela, nasce no dia 21 de novembro de 1935, na França, a primeira experiência que dois anos depois, em 1937, daria origem a *Maison Familiale Rurale* ou Casa Familiar Rural (CFR), ou Escola Família Agrícola.

Pode-se reconhecer que as MFRs passaram por dois períodos distintos: O primeiro de 1935 a 1944 onde aconteceu a fundação das MFRs, a relação com setores da Igreja, principalmente com a Ação Católica. E o segundo que vai de 1945 a 1960 marcado pela expansão e sistematização das MFRs, o surgimento de uma organização nacional das MFRs que é marcado também pela crise interna do movimento vivido em torno do Padre Abbe Granereau.

1.1 O surgimento do fenômeno educativo: as EFAs no Brasil

No Brasil, as primeiras experiências com a Pedagogia da Alternância surgiram em 1969, no Estado do Espírito Santo, município de Anchieta. Já em 1965-1966 iniciou-se uma movimentação a fim de estabelecer a colaboração – mediada pelo Padre Humberto Pietogrande - entre a Itália e o Brasil, especificamente no Estado do Espírito Santo onde se localiza a Província da Companhia de Jesus (Jesuítas). Nestes sentido, foram tomadas algumas iniciativas como: a Fundação da *Associazione degli Amici dello Stato Brasiliano dello Spirito Santo* (AES) em 11 de dezembro de 1966 e o envio de jovens brasileiros para estudarem na Itália, a visita de técnicos italianos ao Brasil e a constituição de comitês locais.

Assim, através da fundação do MEPES (Movimento Educacional e Promocional do Espírito Santo), aos 25 de abril de 1968 surge a primeira experiência de Pedagogia da Alternância no Brasil com o nome de **Escola Família Agrícola (EFA)**. Elas surgem no Brasil a partir da experiência italiana e do intercâmbio com a Argentina. Portanto, aos 09 de março de 1969 inicia-se a primeira experiência educativa com a implantação da Escola Família Agrícola de Olivânia – ES, entre os municípios de Anchieta e Alfredo Chaves. Neste mesmo ano, iniciam-se as atividades da Escola Família Agrícola de Rio

Novo do Sul – ES. Em 1971, surge a Escola Família de Campinho, localizada no município de Iconha.

Atualmente existem, no Brasil, mais de 200 Centros Educativos em Alternância, em 18 Estados. Apesar das diferenças, inclusive no nome (Escola Família Agrícola, Casa Familiar Rural, Escola Comunitária Rural), todos eles têm em comum a Pedagogia da Alternância.

As EFAs estão organizadas em nível nacional a partir da UNEFAB (União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil). A nível internacional as Escolas Famílias Agrícolas estão organizadas a partir da AIMFR (Associação Internacional das Maison Familiales Rurales) com sede em Paris – França.

2. Da luta social pela terra à implantação do projeto EFA

Com a luta pela terra, outras lutas sociais surgem. A luta pela dignidade no campo, a luta pelo crédito rural para permanecer na terra, a luta por saúde, a luta por condições reais de existência e sobrevivência nos Projetos de Assentamentos e, entre estas lutas, a luta pela por uma educação digna e que atenda as reais necessidades dos filhos (as) dos trabalhadores rurais da região do município de Goiás que se torna histórico ao receber 22 Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária em seu território.

Goiás um exemplo evidente da transformação social ocorrida por meio da Reforma Agrária. De um município com características latifundiárias passa-se a ter um município de pequenos agricultores (as), em sua maioria assentados (as) que lutaram pela terra e por Reforma Agrária. Neste sentido, a questão da educação do campo é um tema de profunda preocupação dos movimentos sociais do campo que não somente lutam pela Reforma Agrária no Brasil como também por uma educação básica do campo que seja diferenciada, alternativa e que venha recriar a memória coletiva dos rurais (Maia, 1982).

Na cidade de Goiás é onde se encontra implantada a Escola Família Agrícola de Goiás. É uma cidade tradicional onde sobrevive o último reduto dos antigos coronéis e da velha oligarquia rural (Campos, 1987). As famílias, por meio das representações simbólicas de poder, exercem uma forte influência na mentalidade das pessoas (Chaul, 1998).

O Município de Goiás possui uma área de 3.118,8 km². Possui uma densidade demográfica de 8,7 hab/km². A altitude da sede, ou seja, a cidade de Goiás é de 496 m.

A data de sua fundação oficial registra-se como sendo o ano de 1736. Está localizada a uma distância de 125,6 Km da capital do Estado, a cidade de Goiânia. O município de Goiás pertence a microrregião denominada como Rio Vermelho que abrange os seguintes municípios: Goiás, Araguapaz, Faina, Itapirapuã, Matrinchã, Jussara, Aruanã, Britânia e Santa Fé de Goiás. A cidade de Goiás pertence a uma mesorregião denominada Noroeste Goiano.

A realidade agrária na região de Goiás possui um histórico de constante violência no campo devido vários fatores que determinaram o processo de luta pela terra. A grande concentração da terra e da renda, o alto nível de êxodo rural, a expropriação dos pequenos agricultores, as constantes grilagens de terra e a violência dos direitos e da dignidade dos trabalhadores rurais. No entanto, aos poucos foi sendo construída uma trajetória histórica em Goiás de luta organizada por parte dos trabalhadores rurais, bem como, a resistência de outros tantos espoliados da terra para permanecer em suas propriedades (Martins, 1994).

A partir da década de 80, com o apoio da Diocese, da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, as ocupações de terra se sucederam chegando aos dias atuais o resultado de 22 Projetos de Assentamento de Reforma Agrária existentes somente dentro dos limites do município.

A história mais comovente é a do Projeto de Assentamento Mosquito que fica a 26 Km da cidade de Goiás (Freitas, 1994). A chamada Fazenda Mosquito foi a primeira experiência de ocupação e de resistência camponesa no município de Goiás e o segundo Projeto de Assentamento de Reforma Agrária a ser implantado no município em 1986, já que o primeiro foi o P.A. São João do Bugre. No entanto, desde 1985 os trabalhadores rurais estavam em constante processo de luta pela terra.

Sabe-se que os acampados sozinhos não iriam resistir aos embates e confrontos com a elite local e com os latifundiários que já se organizavam em torno da UDR. Os camponeses (as) não estavam sozinhos, tinham o apoio e a solidariedade de muitas organizações, da Igreja e outros que comungavam com os ideais de luta pela terra.

Nas observações realizadas percebe-se algo mais profundo. Em primeiro lugar, torna-se necessário entender o universo simbólico dos camponeses (as) de Goiás que receberam uma concepção de mundo onde ser patrão (Freire, 1987), ser proprietário significava ser respeitado pelos senhores da cidade, ou seja, a posse da terra significava no universo simbólico dos camponeses (as) o título de **cidadania** conquistado. Além dessa cidadanização almejada tornou-se evidente nas observações realizadas o fato do

esquecimento do período da luta pela terra. Parecem dois mundos: a vida antes da conquista da terra e a vida depois da conquista da terra (Gomes, 1995). Outra curiosidade em relação a conquista da terra revela-se nas formas de organização dos assentamentos. No acampamento o lema é a coletividade, todas as ações são realizadas em conjunto, mas com a conquista da terra, todos passam a agir individualmente em suas parcelas, assumindo o que Abramovay (1990) diz a respeito da assunção dos paradigmas do capitalismo agrário. Esta não ação coletiva leva a sérios problemas qualquer Assentamento.

A reforma agrária veio, impulsionada pela corajosa demonstração luta dos camponeses (as) do Assentamento Mosquito, mas nos mesmos moldes já destacados aqui, ou seja, uma reforma agrária individualista, sem preparação e formação e sem as condições mínimas de políticas que os levassem a tão sonhada cidadanização que dignifica o homem (Lisita, 1992).

A história da trajetória do Assentamento Mosquito nestes anos revela que houve uma reação por parte do povo, principalmente, das minorias excluídas que buscam luta pelo espaço social que lhes pertence, construindo alternativas de resistência econômica, política e cultural para o campo. Estes fatores, de certa forma, transformaram a cidade de Goiás tornando-a maior município do Brasil em Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária. É um marco histórico para os primeiros que participaram da luta pela terra nos anos 80 no Assentamento Mosquito como bem atestou os estudos de Freitas (1994).

3. A educação como direito de cidadania: A luta social da EFA de Goiás

A Escola Família Agrícola de Goiás – EFAGO é uma das EFAs localizadas no Centro-Oeste brasileiro, especificamente no estado de Goiás, município de Goiás. A EFAGO completou dez anos de atividades de formação e vem recebendo educandos (as), filhos (as) dos trabalhadores rurais, em sua maioria, provenientes dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária que pertencem aos municípios de Goiás, Itaberaí e Itapirapuã e de toda a região do Vale do Rio Vermelho.

Faz-se jus mostrar uma experiência de Escola Família Agrícola (EFA) localizada na cidade de Goiás, com a finalidade de ser uma alternativa de educação rural para os jovens, filhos (as) de assentados (as) e de pequenos agricultores (as) familiares. Uma escola que busca criar em seus jovens uma cultura política de resistência frente aos

valores apontados pelo mundo globalizado e tecnológico acessível a poucos privilegiados conforme destaquei em estudos anteriores (cf. Nascimento, 2003).

3.1 O contexto do fenômeno educativo: a EFA de Goiás

A Escola Família Agrícola de Goiás está localizada numa comunidade chamada Arraial do Ferreiro, perto do Sítio Paciência e, ao lado, do Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Serra Dourada. A distância entre a Escola e a cidade Goiás gira em torno 6 km, numa propriedade de 7.2 hectares de terra.

No dia 12 de junho de 1992 foi criada a Associação de Pais e Alunos da Escola Família de Goiás - GO, com aprovação dos Estatutos Sociais em Assembléia Geral. Em maio de 1993, houve Assembléia da Associação para decidir a construção do prédio através de mutirões. A construção, feita através de mutirões, foi concluída em julho 1994.

De 1994 até hoje, a EFA de Goiás já formou oito turmas de 5^a a 8^a séries do Ensino Fundamental e está no seu décimo ano de funcionamento. O regime é de internato com alternância por período de 360 horas na Escola e 360 horas nas famílias e comunidades dos educandos (as). Os educandos (as) permanecem 15 dias na Escola e 15 dias nas famílias e comunidades. Nessa ALTERNÂNCIA - família-escola-família - acontece o processo de ensino-aprendizagem e toda a formação dos adolescentes e jovens, da qual participa a própria escola, bem como, as famílias e as Comunidades rurais. Isso significa que o processo de formação deveria comprometer a família e a comunidade rural o que nem sempre acontece na íntegra. Este processo pode ser percebido na Tabela abaixo que apresenta o número de educandos (as) da EFAGO. Podemos constatar que há um índice maior de jovens no Ensino Fundamental.

TABELA I: Número de Alunos/as da Escola Família Agrícola – Ano: 2003

Aluno/a - Série	Alunos	Alunas	Porcentagem
5 ^a série	11	08	13, 19%
6 ^a série	08	04	8, 33%
7 ^a série	17	05	14, 58%
8 ^a série	22	08	20, 83%
1 ^o ano – Ens. Médio*	23	05	19, 44%
2 ^o ano – Ens. Médio	15	04	12, 52%
3 ^o ano – Ens. Médio	14	02	11, 11%
Total	110	36	100%

Outra questão importante refere-se ao número de educandos (as) do sexo masculino. Revela-se que ainda esta alternativa educacional para o meio rural em Goiás não conseguiu atingir de forma concreta o universo feminino. Talvez a questão não esteja tanto na Escola, mas nos pais camponeses (as) que possuem um alto grau de

moralismo e tradicionalismo o que não permite que compreendam a existência de uma escola mista para meninos e meninas.

A Escola Família Agrícola de Goiás tem como objetivo orientar o jovem para uma formação que permita viver dignamente como filhos (as) de pequenos agricultores (as). Esta formação e orientação se dá em três níveis: De 5ª a 8ª série (2º Ciclo) do Ensino Fundamental – As prioridades na formação dos jovens estão voltados para a motivação do seu crescimento humano e intelectual no resgate de suas raízes sócio-culturais e o despertar para sua vocação profissional; Ensino Médio – visa reforçar e aprofundar a orientação profissional formando os jovens para desenvolver suas propriedades, bem como, habilitando-os para o mercado de trabalho voltado para sua realidade; Educação Profissional – Curso Técnico: Habilitação em Agropecuária – tem como proposta capacitar profissionalmente os jovens para suprir as demandas de assistência técnica em agropecuária nas comunidades rurais locais e regionais; Educação Profissional – Curso Básico nas áreas voltadas para a Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Rural Sustentável – a intenção destes cursos como cooperativismo, associativismo e outros nas áreas técnicas, bem como, cursos voltados para a formação humana ainda não estão totalmente implantados. É uma proposta da EFAGO a ser desenvolvida com mais intensidade.

3.2 Os educandos (as) da EFAGO

Quem são os educandos (as) da EFAGO? Em sua grande maioria são filhos (as) de assentados provenientes dos 22 Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária do Município de Goiás e de municípios circunvizinhos. No entanto, percebe-se que nos últimos anos vem crescendo o número de filhos (as) de pequenos agricultores que não participaram da luta pela terra o que reflete a construção de uma nova cultura que penetra na Escola e que interfere de forma contundente nos objetivos e filosofia da Escola.

Cerca de 42,14% dos educandos (as) da EFAGO no ano de 2003 tinham menos de 01 na experiência pedagógica em Alternância o que representa 59 jovens que entraram na EFAGO no decorrer do ano de 2002 ou em 2003. Já os educandos (as) da fase intermediária, ou seja, entre 01 a 02 anos representam um universo de 27,85% o que representa um universo de 39 jovens. E a turma de 03 a 07 anos na EFAGO chega a 29,27% o que significa que apenas 41 jovens estão a mais tempo na vivência pedagógica da alternância.

Junte-se a estes dados o fato curioso dos educandos (as) em sua maioria acreditarem na excelência e nos bons resultados da EFAGO. Em torno de 70% dos educandos (as) vêem a EFAGO em seu conjunto como uma escola de nível excelente a bom. Mas, o curioso, é que ao contrário dos 10% de educandos (as) que acreditam que ensino na EFAGO seja de regular qualidade, em torno de 43% percebem o conjunto da EFAGO como sendo regular. Comparando estes dados, percebe-se que os educandos (as) acreditam no processo de ensino-aprendizagem oferecido com a Pedagogia da Alternância o que não determina que a Escola como um todo reflita esta mesma posição.

Por um lado, 75% dos educandos (a)s consideram a Pedagogia da Alternância como o grande tesouro da EFA de Goiás, mas, por outro lado, percebe-se um certo distanciamento e negação dos instrumentos pedagógicos com apenas 0,71% de aprovação. Duas questões podem ser levantadas: primeiro, a própria Pedagogia da Alternância já compreende os instrumentos pedagógicos o que não deixa de ser verdade; segundo, os educandos (as) acreditam na EFAGO e em sua proposta pedagógica por meio da alternância, mas, consideram falhos os instrumentos pedagógicos.

Os educandos (as) dão credibilidade à Pedagogia da Alternância e ao projeto educacional de ensino-aprendizagem da EFAGO o que não se revela na avaliação dos instrumentos pedagógicos que estão caminhando numa perspectiva irrisória devido a diversos fatores, entre eles, a econômica e a falta de autonomia dos atores (as) em construir a Pedagogia da Alternância desligada das burocracias impostas pelo Estado, bem como das penetrações ideológicas de determinados setores da Igreja Católica na EFAGO o que não permite que se assuma totalmente essa pedagogia por parte dos atores sociais que fazem parte do processo.

3.3 Os monitores/as da EFAGO

O quadro de funcionários da EFAGO constitui-se basicamente de 15 monitores, 02 cozinheiras, 01 caseiro, 01 funcionário administrativo de limpeza e 01 funcionário administrativo de secretaria. Os educadores (as) da EFAGO buscam trabalhar em equipe muitas vezes caindo num certo coletivismo exagerado ou num democratismo inexistente, pois quem determina a caminhada é o Conselho Administrativo. Todos os monitores (as) novatos são chamados a passar por uma formação inicial para que possam sentir juntamente com outros monitores (as) de outras EFAs o que vem ser esta proposta pedagógica da Alternância. A respeito do trabalho em equipe realizado pelos

educadores (as) da Escola Família Agrícola e que deveria ser adotado de forma mais concreta pela Associação de Pais e Alunos da Escola Família Agrícola, Gramsci vai denominar de trabalho “colegiado deliberativo” quando comenta a realidade dos redatores de uma revista.

Através da discussão e da crítica colegiada (feita através de sugestões, conselhos, indicações metodológicas, crítica construtiva e voltada para a educação recíproca), mediante as quais cada um funciona como especialista em sua matéria a fim de complementar a qualificação coletiva, consegue-se efetivamente elevar o nível médio dos redatores – **diria, dos educadores/as** – individuais, alcançar o nível ou a capacidade do mais preparado, assegurando à revista – **diria, à Escola Família Agrícola de Goiás** – uma colaboração cada vez mais selecionada e orgânica. (...) Exige-se uma luta contra os hábitos de diletantismo, da improvisação, das soluções “oratórias” e declamatórias⁴. (GRAMSCI, 2001: 35).

Pôde-se perceber que a maior felicidade dos monitores (as) é poder contribuir com a formação do projeto EFAGO. A formação humana, religiosa, social, política, econômica e cultural dos jovens rurais, filhos (as) de assentados (as) e pequenos agricultores (as) familiares, que serão lideranças nas comunidades e multiplicadores (as) de uma nova visão. Percebe-se que muitos monitores (as) da Escola Família Agrícola de Goiás se encontraram profissionalmente, descobriram-se e recriaram a identidade cultural perdida por terem recebido uma educação extensionista e bancária⁵.

Os dados apontam que dos 140 questionados, 131 responderam que os monitores (as) são excelentes, muito bom ou bom. Revela também que os únicos que entendiam o drama vivido pelos monitores (as), que hoje já não se encontram na EFAGO⁶, eram os educandos (as) que os conheciam do dia-a-dia. Portanto, reflete que a Associação e os parceiros não levaram em conta tais manifestações que foram demonstradas por parte dos jovens. Somente 07 educandos (as) não se entendiam ou não aprovavam a equipe de monitores (as) no período em que a pesquisa se realizou.

3.4 A Associação de Pais e Alunos da EFAGO

A Associação é um dos pilares da EFA. É a gestão educacional realizada pelos atores (as) provenientes das comunidades que, também, assumem determinados

⁴ Grifo Nosso.

⁵ Na Escola Família Agrícola de Goiás destaca-se muito acerca do papel do monitor (a) enquanto um agente político. Neste sentido, podemos conferir as contribuições de Freire (1978 e 1996).

⁶ A partir de Julho de 2004, todos os monitores (as) foram substituídos por professores (as) da Rede Pública do Estado. O convênio firmado entre a Associação e o Estado passou a determinar que o Estado remunerasse o corpo docente o que já era feito desde 1999. No entanto, com a realização do concurso público, os professores (as) que não tinham sua lotação numa Escola Pública do Estado por falta de vaga era, automaticamente, destinado à Escola Família Agrícola querendo ou não trabalhar com a Pedagogia da Alternância.

costumes e hábitos da sociedade capitalista e o reproduzem em suas práticas de gestão. Atualmente, os pais que participam do Conselho são provenientes, em sua grande maioria, da luta pela terra e são lideranças em suas comunidades nos assentamentos. Em sua grande maioria não possuem formação escolar, mas sabem ler o mundo dos signos e simbolizam bem esta ótica na prática.

Algumas considerações precisam ser analisadas. Em primeiro lugar, o Conselho Administrativo não é a Associação; o Conselho representa a Associação. Hoje, está havendo uma má interpretação de concepções que precisam ser definidas: o que é Associação e o que é o Conselho Administrativo? Este problema se deve a uma reduzida cultura de participação por parte dos pais e mães de educandos (as) da EFAGO. Os pais que estão no Conselho são sempre os mesmos não porque desejam, mas, porque os outros pais não assumem. Em 2003, a situação sobrecarregou dois pais do Conselho: o Presidente e a tesoureira que levavam o Conselho Administrativo sozinhos sem a colaboração dos outros membros. Há outros pais que nem filhos (as) têm na escola, mas estão sempre atuantes e presentes.

A Associação de Pais e Alunos da Escola Família Agrícola de Goiás possui dirigentes que vivem sob a tutela e, diria, submissão de determinados atores que aqui serão vistos como os intelectuais orgânicos provenientes de “**fora**” da instituição já que a mesma não promoveu a formação de intelectuais orgânicos provenientes de sua própria massa, a saber: a camponesa.

Para Gramsci (2001: 35) “*o dirigente deve ter aquele mínimo de cultura geral que lhe permita, se não “criar” autonomamente a solução justa, pelo menos saber julgar entre as soluções projetadas pelos especialistas e, conseqüentemente, escolher a que seja justa do ponto de vista “sintético” da técnica política*”.

Os índices apresentam dados interessantes que as considero avaliativa do processo. Os educandos (as) entendem que 21% da Associação são regulares o que significa que precisam repensar sua forma de agir e 4% consideram a Associação péssima. É evidente que a Associação é bem avaliada, principalmente, quando se considera os 73% de educandos (as) que percebem sua importância ao afirmarem seu nível de excelência, muito bom e bom. Mas se comparar com os monitores (as) percebe-se que enquanto os monitores (as) recebem 27% de aprovação máxima, a Associação recebe somente 13%. E ainda se comparar a categoria regular apontada pelos educandos (as) à Associação é na ordem de 21%. Percebe-se o contraste em relação aos monitores

(as) que giraram na faixa de 4,28%. São mais de 16% de diferença no que se refere ao nível de descontentamento se comparar monitores (as) e a Associação.

Estes dados também revelam que os educandos (as) aprovam a gestão realizada na EFAGO porque aprovam a existência da Associação, mas o curioso é que desaprovam a forma como vem sendo realizada, sem transparência, democracia e participação.

Segundo os monitores (as) deveria haver um trabalho mais articulado entre a Associação de Pais (Conselho da Associação), a equipe de monitores (as), educandos (as) e os parceiros (as). Pode-se detectar em determinadas situações uma forte rivalidade política o que demonstra existir microfísicas de poder no interior do projeto EFA.

3.5 Os parceiros: sinal de conflitos?

A Escola Família Agrícola de Goiás possui alguns parceiros (as) que contribuem nas atividades e na programação política na escola. Contribuem não somente nos aspectos econômicos, bem como, político, afetivo e de divulgação da escola. Os parceiros (as) da EFAGO são: pessoas físicas da França, Bélgica, Itália e Canadá; a CPT, a FETAEG, o MST, a Diocese de Goiás, o Mosteiro da Anunciação do Senhor, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o IFAS, o MPA, a PJR e outros (as) entidades e pessoas.

Os parceiros (as) são muito importantes para a EFAGO, desde seu surgimento da Escola eles (as) vêm contribuindo tanto no aspecto econômico, político quanto afetivo de divulgação e outros. Todos (as) sabem da importância da EFAGO para a Região. Atualmente estamos tendo problema de sintonia com nossas parcerias; não sei se pelo fato de sempre ter nos ajudado, e acham que foram paternalistas demais ou se estão desanimados com a situação financeira da EFAGO. Sinto um certo descaso das parcerias com a Escola, principalmente, da CPT, não sei se a equipe atual que não está muito interessada, sei que tem um sério problema, não nos recebem bem e não estão interessados em ajudar, teve membros que... (...) disseram que não entendiam de educação, por isso não poderia ir a Goiânia para nos ajudar com relação a salário. (Monitor 1).

Percebe-se que determinadas parcerias tentam criar condições em que a escola permaneça dependente de suas ajudas. O perigo é fazer com que a escola se torne cobaia e que não venha possuir, de fato, uma independência necessária para que possa desenvolver suas atividades. Ninguém tem dúvida na escola de que os parceiros (as) são sujeitos importantes, mas estão sempre distantes e quando aparecem tomam duas posturas: 1) contribuem na luta pela educação rural; 2) Tentam impor determinadas idéias que não fazem parte do dia-a-dia da EFAGO.

Portanto, o conflito entre os atores (as) da EFAGO é um dos desafios a serem superados. As observações realizadas leva-nos a crer que existem problemas subjetivos maiores que fizeram este conflito se ampliar com tal dimensão chegando a ponto de uma equipe inteira de monitores (as) deixar a Escola Família Agrícola de Goiás. Esta reflexão não pretende tentar responder a tal fato. Talvez seja necessário repensar as práticas e atitudes adotadas, principalmente, pelos parceiros já que poderiam ter pensado pedagogicamente na EFAGO diante dos impactos que viesse a sofrer.

A educação pensada e refletida pela Pedagogia da Alternância, bem como, suas práticas educativas acontecem na escola, nas famílias, comunidades, ONGs, organizações sindicais, entidades de classes, nas igrejas e manifestações religiosas, nas formações dos movimentos sociais, nos acampamentos e nos projetos de assentamentos.

Assim, as práticas educativas da Escola Família Agrícola de Goiás acontecem, segundo a concepção de seus atores (as), na vida, no cotidiano, nas lutas. Para Gohn (2001:100) a educação apresenta três dimensões que se percebem introjetadas nas práticas e nas concepções dos agentes orgânicos da EFAGO. A família é caracterizada como espaço de educação **informal** que acontece “*nos processos espontâneos ou naturais, ainda que seja carregada de valores e representações, como é o caso da educação familiar*”. A educação **não-formal** se dá na “*intencionalidade de dados sujeitos em criar ou buscar determinadas qualidades e/ou objetivos*”. Neste sentido, a educação não-formal está presente nos movimentos sociais do campo, nas associações e cooperativas dos assentamentos, nas organizações, nas igrejas, nos sindicatos, nos partidos políticos e em toda a sociedade. Já a educação **formal** se limita ao espaço e concepção do processo ensino-aprendizagem da unidade escolar. Pode-se afirmar que a EFAGO, por meio da Pedagogia da Alternância, assimila estas três dimensões da educação.

Considerações Finais

Falar hoje de Escola Família Agrícola significa a abordagem de uma alternativa. O que se pode questionar é o tipo de alternativa que se tornou ao longo de sua história educacional em várias realidades brasileiras.

Portanto, seguindo o caminho apontado pelos objetivos deste texto pode-se dizer que a EFAGO apresenta determinadas práticas educativas a partir da tentativa de se implantar a Pedagogia da Alternância o que não significa afirmar que tal projeto foi implantado em sua plenitude. Talvez, a Pedagogia da Alternância tenha sido

revolucionária demais para o contexto da região marcada profundamente por um histórico de luta de classes.

Podemos afirmar que a Escola Família Agrícola de Goiás é uma tentativa em fase a ser superada, pois se encontra em sua adolescência. O que importa é que a experiência foi implantada e que seus atores (as) devem aprender a ser mais resistentes e recriadores de uma cultura política e pedagógica diferenciada o que irá determinar com que a Escola se torna também o arquétipo dos próprios sujeitos que aí se encontram.

Temos assistido a volta dos movimentos sociais como forma de resistência cultural ao modelo que se implanta como única verdade a ser seguida e quem dela não participa corre o risco de ir parar nas fogueiras da nova inquisição contemporânea. Mesmo assim, muitas práticas estão se tornando verdadeiras alternativas que se contrapõem ao modelo atual imposto. Práticas alternativas de luta social de classes, pois, se existem práticas alternativas elas só podem nascer de uma situação de dominação e exploração.

Pode-se dizer, com veemência, que a Escola Família Agrícola de Goiás ainda pode se tornar para o município de Goiás uma *Pedagogia da Resistência Cultural* e que ao longo desses dez anos de funcionamento vem alternando momentos de criação/recriação com momentos de aceitação de uma postura dominante e bancária determinada principalmente pelas políticas educacionais adotadas pelo Estado de Goiás. Poder-se-ia ainda afirmar que as práticas educativas da EFAGO se mostram como práticas de alfabetização não da escrita e da leitura textual, mas alfabetização de mundo e das representações que existem na sociedade (Freire, 1978).

Pudemos perceber grandes dificuldades pelas quais vem passando a Escola Família Agrícola de Goiás, tanto de ordem material como na assimilação de valores que são contra os seus princípios originais e que ferem sua eticidade primeira. No entanto, ela se apresenta para a sociedade como contra-valor, como proposta de educação contra-hegemônica as políticas educacionais adotadas pela sociedade política, seja na esfera estadual com a SEE, bem como na esfera federal com o MEC (Gentili, 2001; Gohn 2001a).

Uma outra EFAGO é possível? Abre-se este questionamento a fim de perceber os horizontes que a experiência pode vir a ter. Percebemos ao longo desta tomada de contato com os atores (as) da EFAGO uma forte vontade de mudar e de caminhar como alternativa de ensino para o meio rural o que não se concretiza na prática.

A existência da Escola Família Agrícola de Goiás torna-se história. Nunca morrerá. Seus atores (as) sempre serão lembrados por tentar realizar um projeto alternativo. Portanto, a EFAGO poderia ser definida como um projeto alternativo *pedagogicamente* conscientizador, *sociologicamente* comprometedor, *filosoficamente* formativo, *culturalmente* resistente, *politicamente* democrático e religiosamente ecumênico. De fato, diante dessas definições não nos resta duvidar da sua importância, necessidade e urgência. Resta-nos, por fim, compreender os fenômenos construídos pelos sujeitos históricos em constante movimento.

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

ABRAMOVAY, Ricardo (1990). *De camponeses a agricultores: Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Tese de Doutorado. Campinas: Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas.

CAMPOS, Francisco Itami (1987). *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: UFG.

CHARTIER, D. (1982). *Motivation et alternance*. Paris: Universitaires, (Collection Mésonance).

CHAUL, Nars Fayad (1998). *Coronelismo em Goiás: estudo de casos e famílias*. Goiânia: UFG.

CONCAGH, Viviane Bosi (1989). *A Escola Família Agrícola no Espírito Santo*. Cadernos de Pesquisas, São Paulo (68), fevereiro, pgs. 89-98.

FREIRE, Paulo (1978). *Educação como prática da liberdade*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____ (1987). *Pedagogia do Oprimido*. 26ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____ (1996). *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. 24ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREITAS, Enyr A. G. de (1994). *O Assentamento “Mosquito”: Um Registro para a História Agrária em Goiás*. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias do ICHL. Goiânia: UFG.

GENTILI, Pablo & FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.) (2001). *A cidadania negada – políticas de exclusão na educação e no trabalho*. 2ª. Edição. São Paulo: Cortez; Buenos Aires: CLACSO.

GIANORDOLI, Regina Lúcia (1980). *Nova perspectiva para a Educação Rural: Pedagogia da Alternância*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FE/PUC-RJ.

GOHN, Maria da Glória (2001). *Educação Não-Formal e Cultura Política*. 2ª. edição. São Paulo, Cortez.

_____ (2001a). *Educação, trabalho e lutas sociais*. In: GENTILI, Pablo & FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). *A cidadania negada – políticas de exclusão na educação e no trabalho*. 2ª. Edição. São Paulo: Cortez; Buenos Aires: CLACSO.

GOMES, Luis A. L. (1995). A Dolorosa Transição (De Trabalhadores Sem Terra a Trabalhadores com a Terra). Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias do ICHL. Goiânia: UFG.

GRAMSCI, A. (2001). Cadernos do Cárcere. Volume 2. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GRENERAU, A. (1969). Le livre de Lauzun. In : NOSELA, Paolo (1977). Uma nova educação para o meio rural. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP.

LISITA, Cyro (1992). Latifundiários, violence et pouvoir: les relations avec la paysannerie e l'église dans l'État de Goiás-Brésil. Paris: Thèse (Doctorat em Sociologie) – Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales.

LOUREIRO, Walderês N. (1988). O aspecto educativo da prática política. Dissertação de Mestrado. Departamento de Filosofia da Educação do Instituto de Estudos Avançados em Educação – Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: CEGRAF; Goiânia: UFG.

MAIA, Eni M. (1982). Educação rural no Brasil, o que mudou em 60 anos? In.: Revista da Associação Nacional de Educação. São Paulo: ANDE, 1(3): p. 5-11.

MARTINS, José de Souza (1994). O poder do atraso – Ensaio de sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec.

NASCIMENTO, C. G. (2005). A educação camponesa como espaço de resistência e recriação da cultura: um estudo sobre as concepções e práticas educativas da Escola Família Agrícola de Goiás. Dissertação de Mestrado. Campinas: FE/UNICAMP.

_____ (2003). Pedagogia da Resistência Cultural: Um pensar a educação a partir da realidade camponesa. Anais do VIII Encontro Regional de Geografia do Centro-Oeste. Goiás: UEG.

NOSELA, Paolo (1977). Uma nova educação para o meio rural. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP.

PESSOTI, Alda L. (1978). Escola Família Agrícola: uma alternativa para o ensino Rural. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

QUEIROZ, João B. P. (1997). O processo de implantação da Escola Família Agrícola (EFA) de Goiás. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG.